

# INTERPRETAÇÕES DE TEXTOS: ALGUMAS NOTAS ESPARSAS SOBRE A HISTÓRIA DO PENSAMENTO POLÍTICO<sup>1</sup>

MARCOS ANTÔNIO LOPES\*

## RESUMO

A essência da argumentação desenvolvida neste ensaio está centrada no desenvolvimento de alguns dos pressupostos teóricos elaborados pelo historiador Quentin Skinner. Sem explorar os “modelos alternativos” de interpretação de textos ou a análise das críticas ao contextualismo linguístico, apresento e discuto apenas alguns elementos que compõem o núcleo da teoria interpretativa de textos políticos, conforme formulada pelo historiador inglês. Nesse sentido, avalio os pressupostos que o autor, ainda hoje, julga necessários aos que se ocupam em perceber, nos textos clássicos da política, as peculiaridades que nos separam da cosmovisão e das formas de linguagem pertencentes a sociedades de tempos remotos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teorias interpretativas; pensamento político; linguagem e ação política; Quentin Skinner.

## ABSTRACT

After depicting the birth of the Cambridge historical school of political thought, the analysis is focused on the development of some theoretical assumptions created by one of its most representative followers: Quentin Skinner. Unconcerned with the exposition of “alternative models” for text interpretations or with the analysis of the criticism directed to linguistic contextualism, this study reviews the key elements of the interpretative theory of political texts, according to the English historian. In this sense, it is discussed the assumptions that the author even today seems to deem useful to those who are interested in noticing in classic Politics the uniqueness that set us apart from the system of beliefs and normative

---

<sup>1</sup> Este trabalho é o texto da conferência de abertura do evento de extensão intitulado “Epistemologias e Metodologias de História”. O evento foi organizado pelo professor Gabriel Giannattasio e minha apresentação ocorreu no dia 15 de agosto de 2008. Para análises complementares acerca das questões aqui retratadas neste ensaio, que considero como notas prévias de um trabalho bem mais amplo e posterior, ver os seguintes artigos: LOPES, M. A. Quentin Skinner. In: LOPES M. A.; MUNHOZ, S. J. (Org.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 267-282; e LOPES, M.A. Aspectos teóricos do pensamento histórico de Quentin Skinner. *Kriterion*, Belo Horizonte, UFMG, n. 123, jan.-jun., 2011. p. 198-215.

\* Professor de Teoria Política Moderna na Universidade Estadual de Londrina; doutor em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: [malopes@uel.br](mailto:malopes@uel.br).

vocabulary of the political societies lost in remote times.

**KEYWORDS:** Text interpretation theories; political thought; language and political action; Quentin Skinner.

As tentativas dos intelectuais em transitar continuamente na esfera das ações políticas para tentar exercer a sua influência particular e personalizada nas decisões dos governantes revelam aspectos muito relevantes dos processos políticos, sob o ângulo da História das Idéias. Alguns desses aspectos se constituíram em cenas trágicas, outras cômicas, mas sempre com implicações importantes para a compreensão do campo do poder nos séculos XVI, XVII e XVIII. Foi isso o que ocorreu, em contextos diversos, mas sob condições não muito distintas, com Maquiavel na Florença dos Médici, com Bossuet em Versalhes à época de Luís XIV, e com o hilariante Voltaire, em suas travessuras e desventuras na corte de Frederico II, quando se prontificou a encarnar o papel de agente civilizador da bárbara Prússia, por suas gestões junto ao rei. Talvez derive dessa confortável, mas sempre muito arriscada proximidade dos intelectuais em relação aos príncipes a clara evidência de trabalharem em certa medida na escala dos manuais de aconselhamento, outrora o gênero político-literário conhecido como espelho de príncipes. E essa aliança entrecortada por acertos e desencontros era coisa já muito antiga, bem anterior mesmo aos célebres percalços de Platão, que viveu às voltas com os tiranos de seu tempo, aos quais pretendia instruir nas mais elevadas virtudes morais e políticas para a construção da república ideal.

Sem dúvida, por muito tempo acreditou-se que o conhecimento das ações passadas poderia servir como bússola de conduta dos homens do presente. O modelo da história fundamentada nos *exempla* persistiu por séculos e, às vezes, é invocado nos dias de hoje. Do tempo de Tucídides à era de Voltaire, essa tradição constituiu-se em elemento de base da cultura ocidental. Muitos autores – entre os quais Cícero, Plutarco, Maquiavel, Montaigne – refletiram sobre a história e a política focando as ações humanas por esse prisma. Mas, nos dias que correm, essa é uma concepção já bastante desgastada, sem o vigor que caracterizou o gênero por tantos séculos. Em nosso tempo, a história como mestra da vida sobrevive apenas como elemento residual na superfície rasa de um senso comum quase sempre mecânico e irrefletido. Isso porque não cremos mais numa natureza humana imutável, idêntica a si mesma em todos os tempos. Vivemos na era das sociedades de massa, em que o papel primordial do indivíduo é apenas

uma sombra do passado. Nesse contexto de aceleração do tempo histórico, mal os nossos conhecimentos políticos são adquiridos, e já estão em vias de superação. Assim é que, no tempo presente, não podemos alimentar a ingênua pretensão de que os *exempla* dos grandes homens podem gerar um conhecimento apropriado para as ações necessárias. Contudo, a idéia desperta a curiosidade histórica, sobretudo porque revela aspectos de climas intelectuais que ficaram congelados no tempo, como é o caso da literatura espelho de príncipes, e como também é o caso da célebre e hoje exótica teoria do direito divino dos reis, bem como de uma série de outros temas “sobrenaturais” ao olhar contemporâneo.

A análise de noções hoje largamente superadas por nossa cultura política democrática e secularizada, em relação com o seu meio ambiente, é um exercício intelectual difícil e cheio de riscos. Sheldon Wolin nos lembra que, como outras formas de discursos, a Teoria Política é significativa unicamente quando é inteligível. Para ele, a inteligibilidade das idéias de um teórico depende de que ele preste tributo às convenções tácitas de sua época. Isso para dizer que, ao analisarmos alguns temas de História do Pensamento Político, não nos chamará tanto a atenção a trans-historicidade das idéias dos grandes autores, aqueles elementos que, no dizer de Claude Lefort, colocam leitores em movimento muitos séculos após uma obra ter sido concebida. Ora, as dimensões fósseis dos clássicos – aqueles temas que os nivelam aos autores menores – também nos parecem objetos muito dignos de reflexão. Então, Maquiavel, Bruno, Morus, Hobbes, Bossuet e tantos outros pensadores podem ser provocativos como autênticos mestres do passado, no sentido mais literal da expressão: o de permitir a inteligibilidade de dimensões pouco usuais e seguramente menos atuais do pensamento político quando focadas em seu lugar de elaboração. Assim é que uma abordagem do pensamento político em perspectiva histórica talvez tenha o mérito de conceder aos aspectos datados presentes na obra dos mestres do passado uma pertinência temática que normalmente não é reconhecida, haja vista que tais aspectos quase sempre são ofuscados pela onipresença das virtudes que tornam seus textos ainda vivos para nós.

Assim, uma História do Pensamento Político pode incluir em seu inventário de temas e problemas aqueles aspectos culturais que envolveram as idéias e que, envolvendo-as, misturam-se a elas. Entretanto, com Quentin Skinner, é preciso afirmar que, se temos em mira compreender sociedades anteriores à nossa, precisaremos recuperar suas *mentalités* de dentro, da forma mais empática possível. Por “*mentalités* de dentro” devemos compreender o domínio das regras

do discurso que apontam para uma teoria da ação política, o que nos leva à compreensão de diversas dimensões das representações sociais do mundo da política, do qual fizeram parte os grandes e os pequenos personagens do passado.

Mais acertada talvez será a atitude de focar um objeto de pesquisa procurando identificar as maneiras peculiares segundo as quais os indivíduos viveram, por mais excêntricas e bizarras que possam parecer hoje. É por esse ângulo que poderemos identificar mais amplamente as singularidades dos pensadores políticos, naquelas zonas de obscuridade em que eles se emparelham aos homens comuns de seu tempo. Por outro lado, é preciso notar que a modernidade de um autor também pode ser tonificada por contraste. É o que ocorre, por exemplo, com o Thomas Hobbes das querelas religiosas no *Leviatã* e, particularmente, com o Locke do *Primeiro Tratado*, em que desbarata Robert Filmer, o defensor de que o poder dos reis da Europa moderna possuía vínculos sagrados com a autoridade paternal de Adão. Sim, trata-se mesmo do Adão bíblico, o que permite perceber a presença ainda marcante dos temas religiosos no século em que se concebeu o liberalismo clássico. Então, sem nunca negligenciar as inovações e rupturas realizadas pelos clássicos, são os aspectos “conservadores” que os arraigam às convenções de sua cultura política o que também pode ser um aspecto relevante de reflexão, nos horizontes de uma História do Pensamento Político. Segundo a argumentação de Michael Oakeshott, a compreensão dos fenômenos políticos deve passar pela apreensão de seu conteúdo propriamente histórico, sem concessões à chamada “atitude pragmática”, aquela propensão a assimilar o passado no presente.

Contra essa propensão se ergueu o que ficou conhecido por contextualismo linguístico. Para Skinner, a História do Pensamento Político deve ocupar-se da reconstituição do sentido histórico das idéias. Trata-se de descobrir o que os pensadores políticos pretenderam dizer em seus textos. Para tanto, é necessário recuperar as intenções de tais autores a partir da análise do contexto histórico de produção de suas obras, levando-se em consideração os eventos e os debates travados com as questões políticas formuladas em seu próprio tempo por outros pensadores. Assim, o texto assume a dimensão de uma resposta consciente, uma dimensão de ato linguístico, que revela seu sentido político quando focado em contraste com a sua própria época.

Esse “método” revela seu rigor na medida em que requer um conhecimento apurado das convenções linguísticas que permearam os debates políticos do passado. Assim, não basta ler e interpretar as passagens mais complexas dos textos clássicos da Filosofia Política. É

preciso ir além, porque é necessário que o historiador se familiarize com o sentido histórico das palavras e, por conseguinte, com o sentido histórico das idéias. Então, ele deve elaborar um questionário inicial que poderia partir de indagações como: o que tais idéias significavam no tempo em que foram concebidas, por que foram concebidas, de que forma foram utilizadas e que tipo de resultado efetivo pretendiam alcançar. Ora, a experiência da leitura demonstra que as idéias não se separam da linguagem. É sempre por um processo de incorporação da escrita do outro que se ganha o poder de pensar o que ele mesmo buscou pensar. Apesar das inúmeras limitações dos métodos de análise e de interpretação, a compreensão dos textos do passado é uma operação intelectual possível. Para tentar reconstituir o sentido de um texto político, precisamos contrastá-lo com o contexto histórico em que foi produzido, procurando obter informações detalhadas acerca do grupo social do autor, a conjuntura em que escreveu sua obra, seus interesses intelectuais, seus engajamentos políticos, etc. Esse inventário de problemas historiográficos, esse questionário de dúvidas e de incertezas, da forma como aparece nos textos de Skinner, resume-se à seguinte indagação: o que Maquiavel, Hobbes ou, de uma maneira geral, qualquer outro pensador político “estavam fazendo” quando escreviam?

A reconstrução do vocabulário normativo por meio do qual se expressaram autores como Thomas Hobbes e John Locke, segundo os responsáveis pela fundamentação teórica das abordagens contextualistas dos textos políticos, tornaria possível acessar o sentido original de uma obra de pensamento. E isso, sobretudo, pelo esforço intelectual empregado na compreensão das intenções do autor. Por intenções do autor entenda-se não propriamente a compreensão do processo intelectual da criação de um pensamento abstrato, uma operação puramente mental desprovida de fins pragmáticos. O propósito seria o de compreender os efeitos práticos gerados por esse exercício intelectual do autor, ou melhor, que tipo de ação um determinado autor pretendia e efetivamente podia desencadear a partir de idéias postas em circulação sob a forma de discurso político. Para Skinner, acessar esse propósito seria possível colocando-se um discurso central em contraste com outros discursos, fossem de autoria do próprio autor ou mesmo de seus interlocutores, que estabeleceram relações no interior de uma comunidade linguística. As relações intertextuais se configurariam assim como uma ferramenta eficaz no trabalho da interpretação. Confrontando-se um texto com outros, as intenções de um autor ficariam evidentes, ao revelar-se a força elocucionária do discurso político. Para tanto, seria necessário cotejar documentos pessoais do autor em análise, ou textos de variada autoria,

desde que entretecessem relações com a obra-foco da análise. Como se referiu o próprio Skinner, a análise do contexto faz parte de um círculo hermenêutico muito mais vasto que a simples exegese do texto.

O contextualismo linguístico distinguiria as intenções autorais como ações programáticas, atos do discurso, avaliando os enunciados do texto em relação às reações que o autor teria pretendido desencadear em seu tempo. Está presente nessa perspectiva de análise do discurso político uma teoria da ação, colocada em movimento por personagens históricos movidos por interesses e compromissos circunstanciais. Essas proposições foram enunciadas por indivíduos que pretendiam dizer e fazer coisas ao enunciá-las. Eles estavam engajados em um determinado tipo de atividade linguística que, por seu turno, era parte de uma atividade social ou política mais geral. Assim é que, constituindo-se o texto político numa “promessa” de ação, ele aparece como um agente de intervenção orientado por um claro conteúdo prescritivo, não podendo ser dissociado das circunstâncias que o geraram. Está expresso aí todo o conteúdo histórico presente no método contextualista. Desse modo, o sentido original da obra de pensamento poderia vir à tona, saltar aos olhos do intérprete, a partir da identificação do que “o autor estava fazendo” no momento e lugar de produção de sua obra. Para Skinner, o sentido de um texto deve ser apreendido em sua relação com o mundo histórico que lhe propiciou sua forma e seu conteúdo singulares.

Algumas das críticas ao contextualismo linguístico foram desferidas por teorias da interpretação vinculadas às tendências da hermenêutica ou do pós-estruturalismo, tendo em Paul Ricoeur, Roland Barthes e Jacques Derrida os seus expoentes de maior visibilidade. Tais autores indagavam quais formas de abordagem tornariam possível estabelecer qualquer espécie de contato com uma mente situada por vezes num ponto muito remoto do passado. No plano da história das idéias, Michel Foucault desenvolveu com muita clareza e força de expressão a lógica dessa forma de interpretar os textos: “os enunciados devem aí ser tratados em massa e segundo o que têm em comum; sua singularidade de acontecimento pode ser neutralizada; perdem importância também a identidade de seu autor, o momento e o lugar de seu aparecimento”. A visada pós-estruturalista não vai se interessar pelos acontecimentos gerados por agentes históricos. Trata-se de um modelo de leitura interna que considera um texto nele mesmo e por ele mesmo, que o constitui como autossuficiente e procura nele mesmo sua “verdade”, fazendo abstração de tudo o que está ao redor.

A morte autoral engendrada pelo pós-estruturalismo expressa a idéia de que, no trabalho de exegese de um texto, alcançar o sentido

original do discurso em meio à trajetória intelectual e política de homens de carne e osso – ou seja, personagens históricos reais no passado, bem como suas intervenções públicas e embates intelectuais –, constitui-se numa tarefa impossível. Isso fundamentalmente porque um texto nunca dirá coisa significativa sobre as intenções particulares de um autor em um momento singular da história. Mas, se as intenções autorais eram fragmentos inacessíveis de uma realidade que ficou irremediavelmente perdida no tempo, restavam os suportes formais dos sentimentos, das expectativas e das idéias dos autores – não mais concebidos como mestres do passado, capazes de revelar particularidades de seu próprio tempo e de sua cultura –, mas como mestres de gerações e gerações de leitores. As interpretações diversas dessas gerações de leitores eram então um objeto consistente e digno para o trabalho da operação interpretativa. Assim é que, para a análise textualista – ou internalista –, não vinha ao caso analisar Maquiavel, Hobbes ou qualquer outro autor como personagens históricos situados em pontos específicos no tempo, o que poderia incluir as suas motivações, a serem identificadas por meio da leitura atenta de suas criações intelectuais contrastadas com o seu momento e lugar de elaboração. O desdobramento da análise textualista leva à desconsideração qual teria sido o “efeito” que Hobbes tencionou produzir em sua audiência, a partir da circulação de seus textos políticos na Inglaterra dos meados do século XVII. Como se referiu Foucault,

Não é legítimo, pois, indagar à queima-roupa, aos textos que estudamos, sobre seu valor de originalidade [...]. A indagação só pode ter sentido em séries muito exatamente definidas, em conjuntos cujos limites e domínio foram estabelecidos, entre marcos que limitam campos discursivos suficientemente homogêneos (FOUCAULT, 1985: 164).

Inequivocamente, no campo teórico da interpretação de textos, esta é uma visada das mais curiosas, e que não deixa de representar interesse para os historiadores, mesmo aqueles que se identifiquem com referências diferentes. De fato, é muito relevante tomar conhecimento do dito palimpsesto, ou seja, daquilo que foi feito de uma obra de pensamento fora do contexto em que se produziu. As reações de leitores constituem uma dimensão muito importante para ser deixada de lado. Leitores como Lênin e Mao, por exemplo, provaram que havia algo mais do que texto no discurso político de Marx. E mesmo que outras leituras não cheguem a tanto, em termos de energia para a transformação de uma dada realidade social, os textos também podem interferir na alteração de uma ordem consolidada em torno de saberes

canônicos. A leitura inovadora que Rousseau fez da obra de Maquiavel é um bom exemplo. E não importa tanto diagnosticar leituras defeituosas e sentidos falseados. Ora, numa época de afirmação da idéia republicana era razoável que um filósofo com a índole de Rousseau enxergasse ideais republicanos onde quer que olhasse. E ele viu o autor de *O Príncipe* dando lições à arraia-miúda, para que pudesse se defender contra os caprichos e os desmandos dos donos do poder. E isso na contracorrente da própria evidência textual de Maquiavel ter se declarado conselheiro dos príncipes, movido por interesses profissionais e pessoais, e por suas convicções cívicas. Então, é relevante saber como os autores foram lidos fora de seu tempo e cultura, e quais foram as diferentes imagens literárias e visões de mundo construídas a partir de suas idéias. Trata-se de um desafio intelectual difícil, e tanto mais ainda quanto mais se alargam os horizontes temporais sob essa perspectiva. Mas, para o historiador do pensamento político, há um vício que marca essa forma de abordagem dos textos. Esse foco lançado sobre a obra de pensamento dissolve a própria essência da história: a noção do tempo histórico e da natureza singular de uma criação intelectual. Focar um texto como se se tratasse realmente do palimpsesto foucaultiano é admitir a sua “desencarnação” histórica, o seu desenraizamento cultural. Hannah Arendt chamava a isso “comércio livre das idéias no tempo”, o que de fato parece ser o corolário da interpretação pós-estruturalista, com sua ênfase hipertrofiada na figura do leitor (cf. ARENDT, 1972).

Decretando a morte do autor – rebaixado à categoria de um espectro mudo – autores como Foucault pretenderam converter realidades efetivas em texto. Tudo seria texto e os sentidos atribuídos aos discursos – extraídos de uma gama variada de textos – eram quase inteiramente livres, ficando mais ou menos ao sabor das idiossincrasias do sujeito do conhecimento determinar a sua versão. Para ser mais direto: cada leitor produzirá a sua própria leitura, a partir daquilo que conseguir perceber como a mensagem presente nos textos. A análise do discurso que surge dessa forma de abordagem normalmente é uma leitura intertextual sofisticada, mas frequentemente a-histórica. Isso porque o círculo hermenêutico não se processa em torno do homem e da obra, numa atitude de remissão à vida efetiva do autor, ao momento da produção de seu texto, que ao fim e ao cabo definem os seus temas. Ao contrário, esses fatores não devem interferir na análise do discurso, que toma como seus “elementos contextuais” – como o seu chão histórico, por assim dizer – apenas as “regras de práticas discursivas que atravessam obras individuais” e as diferentes leituras que a tradição crítica fez do texto. Como afirma Ricoeur, o estruturalismo tende a

estudar a linguagem poupando o sujeito, a ação, os eventos (cf. RICOEUR, 1995). A História Intelectual, segundo a defesa que faz dela o contextualismo, investe na capacidade do locutor, na força ilocucionária dos discursos, na capacidade do sujeito em situar-se como ator no mundo, como um agente ativo que se opõe a interlocutores reais, como um coeficiente de força que tenciona atingir um “alvo” em sua existência histórica concreta.

As análises históricas dos contextualistas de Cambridge e as interpretações oriundas do pós-estruturalismo têm se constituído como correntes de oposição na esfera mais ampla de uma História Intelectual. No plano estritamente teórico, pode-se conceber esse fato como algo positivo: conduz à complexidade e aumenta o grau de sofisticação do debate. E é sempre louvável que adversários possam se esforçar para encontrar pontos de contato e elementos de aproximação, se isto de algum modo contribui para o avanço da reflexão. Uma zona de confluência entre o contextualismo — ênfase no autor — e o pós-estruturalismo — acento sobre o leitor —, poderia resultar num esforço conjunto para perceber não apenas os sentidos originais (Skinner), ou as redes de conexões (Foucault). Mas a referida zona de confluência no processo de interpretação de um texto, de um discurso político, não pode elidir os elementos irreconciliáveis dessas duas formas de análise. De fato, não seria tarefa coerente empenhar-se em descobrir as intenções contidas num texto em seu contexto de formulação, o sentido original a ele atribuído em seu lugar de produção, e ainda incluir nesse programa de pesquisa as formas de sua articulação com modos semelhantes ou diferentes de racionalidade. E isso porque existem implicações conceituais como, por exemplo, os níveis de intenção autoral e de indeterminação radical de sentido do discurso que, por serem excludentes entre si, simplesmente inviabilizam tal esforço. Certamente, esse seria um conteúdo programático bastante complexo e de sucesso improvável.

## Referências

- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985. p. 164.
- ARENDT, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- RICOEUR, Paul. *Em torno ao político*. São Paulo: Loyola, 1995. Vol.01.

